

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.424.930 - MT  
(2013/0372967-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**EMBARGANTE** : **CLÁUDIO ALVES PEREIRA**  
**ADVOGADOS** : **WILLIAM PEREIRA MACHIAVELI - MT004617**  
LEONARDO FERNANDES RANNA - DF024811  
HUENDEL ROLIM WENDER E OUTRO(S) - MT010858  
BEATRIZ CRUZ DA SILVA E OUTRO(S) - DF024967  
ALEXANDRE MELO SOARES - DF034786  
JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA - CE007653  
MAURO LUCIANO HAUSCHILD E OUTRO(S) - DF041507  
**EMBARGADO** : **JAIR PESSINE**  
**ADVOGADOS** : **LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - MT006949**  
JARBAS LEITE FERNANDES E OUTRO(S) - MT002544A  
LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO E OUTRO(S) - DF015410  
**INTERES.** : **LUCIANA ANDRADE NOGUEIRA PEREIRA**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 1.370-1.375) opostos por CLÁUDIO ALVES PEREIRA à decisão de fls. 1.354-1.365 (e-STJ), que não conheceu dos embargos de divergência.

O embargante volta a afirmar que seria necessária a unificação da jurisprudência desta Corte acerca dos "*critérios para que seja configurado o pacto comissório (contrato simulado)*". (e-STJ fl. 1.371)

Enumera os seguinte vícios na decisão embargada:

"(...)

3.1) *omissão em enfrentar a preliminar de retirada da multa nos segundos embargos de declaração ainda na Quarta Turma, visto que estavam presentes as condições para o manejo do recurso;*

3.2) (...) *há contradição na decisão, pois os acórdãos paradigmas são claros em não exigir a simultaneidade de contratos e cláusula específica, e o acórdão embargado vai no sentido contrário (...);*

3.3) *erro material (...) visto que em nenhum momento o embargante falou em justiça ou injustiça da decisão, mas sim que houve exigências de configuração de pacto comissório. pela Quarta Turma do STJ, que jamais a jurisprudência dominante o fez;*

3.4) *omissão em tratar dos demais 3 (três) acórdãos (...) e em aplicar o art. 1043, III do CPC 2015, justamente porque os julgados paradigmas enfrentaram os temas que interessam a este debate, em especial acerca de a) um contrato de compra e venda (como no caso concreto), ainda que com aparência de liberalidade, pode ser sim a garantia de mútuo, b) não se pode exigir outros requisitos ao pacto comissório que não os dispostos na lei, como o fez o acórdão embargado, exigindo concomitância de data entre assinatura do mútuo e assinatura da compra e venda (simulação), por exemplo, e c) não se pode exigir que a garantia real esteja sempre no pacto original (mútuo), justamente porque o pacto comissório decorre de simulação*

*para que o credor, ao invés de cobrar a dívida, fique com o bem em claro prejuízo ao devedor, que seriam tópicos fundamentais para o debate do colegiado" (e-STJ fls. 1.374).*

É o relatório.

**DECIDO.**

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão embargada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015: obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, os embargos de divergência não foram conhecidos com fundamentação completa, clara e coerente, consoante se colhe da fundamentação da referida decisão.

O embargante aponta divergência jurisprudencial com cinco precedentes da Terceira Turma assim sumariados:

**Primeiro paradigma:**

*"EMPRÉSTIMO DE DINHEIRO GARANTIDO POR IMÓVEL. SIMULAÇÃO. PACTO COMISSÓRIO. É NULO O NEGÓCIO SIMULADO, QUE PERMITE AO CREDOR FICAR COM O OBJETO DA GARANTIA, NO CASO DA DÍVIDA NÃO SER PAGA NO VENCIMENTO. 2. EM DECORRÊNCIA DOS MOTIVOS, E RELEVANTES, DA NULIDADE, O PACTO COMISSÓRIO NÃO SE LIMITA AOS CASOS EXPRESSAMENTE PREVISTOS NO ART. 765 DO COD. CIVIL. HIPÓTESE DE SUA APLICAÇÃO EM VENDA E COMPRA (ESCRITURA E COMPROMISSO). 3. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO".*

(REsp 2.216/SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/1991, DJ 01/07/1991)

**Segundo paradigma:**

*"PACTO COMISSÓRIO - SIMULAÇÃO - CÓDIGO CIVIL, ART. 765 HAVENDO PACTO COMISSÓRIO, DISFARÇADO POR SIMULAÇÃO, NÃO SE PODE DEIXAR DE PROCLAMAR A NULIDADE, NÃO PELO VICIO DA SIMULAÇÃO, MAS EM VIRTUDE DE AQUELA AVENÇA NÃO SER TOLERADA PELO DIREITO.*

*RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO".*

(REsp 21.681/SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/1992, DJ 03/08/1992)

**Terceiro paradigma:**

*"DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. PRESUNÇÃO DE FRAUDE PARA*

APLICAÇÃO DA PROIBIÇÃO DO PACTO COMISSÓRIO. INOCORRÊNCIA. COMPRA E VENDA SIMULADA. QUESTÕES PRELIMINARES APRESENTADAS NA CONTESTAÇÃO E AFASTADAS PELA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. APRECIÇÃO NO SEGUNDO GRAU. APELAÇÃO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. ACÓRDÃO OMISSO. ILEGITIMIDADE DE PARTE SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE. POSSIBILIDADE, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE REEXAME DE PROVAS. ARTS. 257 DO RISTJ E 515, § 3º, DO CPC, E SÚMULA 456/STF. CELERIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

- Não há presunção ilegal de fraude se a estrutura do acórdão indicar que o Tribunal não se afastou dos elementos de prova coligidos para reconhecê-la.

- Aplica-se o art. 765 do CC/16 para declarar nulo contrato de compra e venda celebrado como garantia de pagamento de mútuo.

- As questões preliminares veiculadas na contestação e afastadas pela sentença de improcedência da ação devem ser enfrentadas no segundo grau, independentemente da interposição de apelação pelo réu, até porque este careceria de interesse para tanto. Precedentes.

- Sendo a legitimidade de parte uma das condições da ação, matéria de ordem pública, portanto indisponível, ela não se encontra sujeita à preclusão nas instâncias ordinárias.

- A ampliação do alcance do § 3º do art. 515, do CPC, não implica ofensa ao duplo grau de jurisdição, que, na condição de regra técnica de processo, admite que o ordenamento jurídico apresente soluções mais condizentes com a efetividade do processo, afastando o reexame específico da matéria impugnada. Na hipótese específica dos autos, o Tribunal não se manifestou acerca de questão de ordem pública debatida no curso do processo, mesmo quando foi provocado em sede de embargos de declaração.

- A ampliação da regra do art. 515, § 3º, do CPC, aos recursos especiais, também atende os ditames do art. 5º, LXXVIII, da CF, acelerando a outorga da tutela jurisdicional.

*Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido".*

(REsp 998.460/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 23/03/2010)

#### **Quarto paradigma:**

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. COMPRA E VENDA E LOCAÇÃO. SIMULAÇÃO. AGIOTAGEM E PACTO COMISSÓRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 178, § 9º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. ARTS. 364, 401 E 405 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. SUSPEIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. ARTS. 102, 104 E 105 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283/STF.

1. Não subsiste a alegada ofensa ao artigo 535 do CPC, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

2. A ausência de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede o conhecimento do recurso especial (Súmula nº 211/STJ).

3. A desconstituição das conclusões a que chegou a Corte de origem, no tocante à higidez da prova testemunhal, ensejaria incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que, como consabido, é vedado nesta instância especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

4. É inviável o recurso especial que deixa de impugnar fundamento suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado, atraindo à hipótese a aplicação da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. Consoante a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é nulo o compromisso de compra e venda que, em realidade, traduz-se como instrumento para o credor ficar com o bem dado em garantia em relação a obrigações decorrentes de contrato de mútuo usurário se estas não forem adimplidas.

6. Nesse caso, a simulação, ainda que sob o regime do Código Civil de 1916 e, portanto, concebida como defeito do negócio jurídico, visa encobrir a existência de verdadeiro pacto comissório, expressamente vedado pelo artigo 765 do Código Civil anterior.

7. Agravo regimental não provido".

(AgRg no REsp 996.784/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 04/02/2015)

**Quinto paradigma:**

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA-E-VENDA DE IMÓVEL. ARRECADAÇÃO NA FALÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REVOCATÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PACTO COMISSÓRIO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.

4. Recurso especial de SIGLA SISTEMA GLOBO DE GRAVAÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA-E-VENDA DE IMÓVEL. ARRECADAÇÃO NA FALÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA. PROPRIEDADE. QUESTÃO PREJUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 269, I, DO CPC/73.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. Cinge-se a controvérsia a definir se a primeira recorrente possuiria legitimidade para se insurgir contra a arrecadação de imóvel procedida em processo falimentar, tendo em vista a declaração de nulidade do título de sua

*propriedade sobre esse bem.*

*3. As condições da ação são averiguadas de acordo com a teoria da asserção, razão pela qual, para que se reconheça a legitimidade ativa, os argumentos aduzidos na inicial devem possibilitar a inferência, em um exame puramente abstrato, de que o autor pode ser o titular da relação jurídica exposta ao juízo.*

*4. Se, com o aprofundamento da instrução probatória, for constatado que o autor não é o titular da relação jurídica deduzida na lide, o processo deverá ser extinto com a resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC/73, pois o juiz, nessa hipótese, deverá rejeitar o pedido do autor.*

*5. Na presente hipótese, a apreciação da titularidade da relação jurídica deduzida em juízo, examinada nos autos da ação de rescisão contratual, é questão prejudicial de mérito em relação ao pedido de restituição do bem arrecadado na falência, objeto dos embargos de terceiro, razão pela qual deve ser julgado improcedente o pedido de afastamento da arrecadação do bem pela massa falida em face de a embargante não ser titular da relação jurídica de propriedade.*

*6. Recurso especial de GABRIELLA DISCOS LTDA - MASSA FALIDA conhecido e provido".*

*(REsp 1.605.470/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)*

Quanto ao primeiro e ao segundo acórdãos paradigma, o recurso não merece conhecimento porquanto ausente similitude fática entre os casos confrontados.

Sob a ótica do embargante, o acórdão impugnado divergiu dos arestos apontados como paradigmas no tocante aos critérios para a configuração do pacto comissório.

Segundo argumenta, em resumo, enquanto o acórdão embargado considera imprescindível, para a configuração do pacto comissório, que os contratos sejam simultâneos e que exista cláusula específica a respeito, os acórdãos paradigmas entenderiam irrelevante o momento em que os contratos foram entabulados e desnecessária cláusula específica que permita ao credor ficar com o bem.

Nesse aspecto residiria a controvérsia.

Não é o que se depreende da leitura do acórdão embargado que afastou a configuração do pacto comissório, amparado não apenas nesses dois requisitos isolados, mas na análise de todo o arcabouço fático, conforme delineado pelas instâncias de cognição plena.

Essa constatação é de fácil aferição mediante simples leitura da ementa do aresto embargado:

**"RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. CONTRATO DE MÚTUO GARANTIDO POR IMÓVEL. INEXISTÊNCIA DE PACTO COMISSÓRIO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. DAÇÃO EM PAGAMENTO. RECONHECIMENTO.**

**1. O pacto comissório, vedado pelos ordenamentos jurídicos pretérito (art. 765 do CC/1916) e hodierno (art. 1.428 do CC/2002), é aquele que, em contratos simultâneos, permite o credor ficar, diretamente, com o bem dado em garantia, se a dívida não for paga no vencimento, caracterizando verdadeiro**

*ato simulado.*

2. *Consoante a orientação jurisprudencial firmada nesta Corte Superior, é nulo o compromisso de compra e venda que se traduz, em verdade, como instrumento para o credor obter o bem dado em garantia em relação a obrigações decorrentes de contrato de mútuo, quando estas não forem adimplidas.*

3. *O próprio art. 1.428, parágrafo único, do CC/2002 permite ao devedor, após o vencimento, dar a coisa em pagamento da dívida.*

4. *No caso em exame, não se verifica a cristalização de pacto comissório, mormente porque o contrato de mútuo foi firmado em 30.7.2002, ao passo que o compromisso de compra e venda do imóvel ocorreu em 6.5.2003, isto é, quase 1 (ano) após a celebração do contrato primevo.*

5. *Além disso, não houve previsão, no contrato de mútuo, de cláusula que estabelecesse que, em caso de não pagamento, o imóvel passaria a pertencer ao credor.*

6. *Verifica-se, portanto, que, na hipótese vertente, não ocorreu nulidade, notadamente porque os contratos não foram celebrados concomitantemente, sendo o ato de compra posterior ao mútuo, caracterizando-se, em verdade, a legítima possibilidade de dar a coisa em pagamento da dívida após o vencimento, máxime em virtude da natureza jurídica alternativa das obrigações que ficaram à livre escolha do devedor, consubstanciadas no pagamento do empréstimo ou na venda de 61% (sessenta e um por cento) dos imóveis oferecidos em garantia.*

7. *Recurso especial provido" (grifou-se).*

Assim, tanto o acórdão embargado quanto os paradigmas entendem que "*é nulo o compromisso de compra e venda que se traduz, em verdade, como instrumento para o credor obter o bem dado em garantia em relação a obrigações decorrentes de contrato de mútuo, quando estas não forem adimplidas*".

A divergência está nas conclusões alcançadas no REsp nº 2.216/SP e REsp nº 21.681/SP, que decorreram das particularidades de cada caso concreto, pelo que não há como reconhecer a existência de similitude fática com tais acórdãos paradigmas.

Esse comparativo é suficiente, por si só, para inviabilizar a análise da divergência jurisprudencial que exige, em qualquer caso, identidade de base fática demonstrada nos termos dos artigos 266, §1º, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o cabimento dos embargos de divergência restringe-se às hipóteses em que configurada a diversidade de tratamento jurídico aplicado por esta Corte Superior a situações idênticas, na apreciação e julgamento de recursos especiais (arts. 546 do CPC e 266 do RISTJ).

A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DIREITO AUTURAL.**

**INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.**

*AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

**1. Para a configuração da divergência, na forma dos arts. 266, § 1º, c/c 255, § 2º, do RISTJ, os acórdãos confrontados devem apresentar similitude de base fática, discutindo determinada questão sobre o mesmo enfoque legal, alcançando resultados discrepantes; tudo isso evidenciado mediante o indispensável cotejo analítico.**

**2. Agravo regimental não provido".**

(AgRg nos EREsp nº 1.062.222/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 14/9/2011, DJe 21/9/2011 - grifou-se).

*"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DO ART. 21 DA LAP. SOBRESTAMENTO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

**1. Não se cogita do sobrestamento do feito para aguardar a solução da questão de mérito submetida ao rito dos recursos repetitivos, quando o apelo não ultrapassa os requisitos de admissibilidade.**

*Precedentes.*

**2. Para o conhecimento dos embargos de divergência, cumpre ao recorrente demonstrar que os arestos confrontados partiram de similar contexto fático para atribuir soluções jurídicas dissonantes.**

**3. In casu, ausente a necessária similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma. O julgado da Primeira Turma apreciou ação civil pública para o ressarcimento de dano ao erário, enquanto que o aresto impugnado examinou a prescrição de execução individual de ação coletiva, em que se conferiu aos poupadores o direito aos expurgos inflacionários sobre a caderneta de poupança.**

**4. Em casos análogos, a Corte Especial vem indeferindo os embargos de divergência. Vejam-se: AgRg nos EREsp 1279781/PR, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 21.08.12 e EAREsp 114.401/PR, Rel. Min. Castro Meira, julg. em 15.08.12.**

**5. Agravo regimental não provido".**

(AgRg nos EREsp 1.275.762/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2012, DJe 10/10/2012 - grifou-se)

No caso em apreço, ausente a indispensável similitude fática entre o acórdão embargado e aqueles indicados como paradigma, inviável o conhecimento dos presentes embargos.

Tampouco é servil o remédio escolhido à correção de eventual erro de julgamento ou injustiça no julgado, como se recurso ordinário fosse.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REVISÃO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO.*

**1. Os embargos de divergência constituem recurso que tem por finalidade exclusiva a uniformização da jurisprudência interna, cabível nos casos em que, embora a situação fática dos julgados seja a mesma, há dissídio jurídico**

*na interpretação da legislação aplicável à espécie entre as Turmas que compõem o Superior Tribunal de Justiça. É um recurso estritamente limitado à análise dessa divergência jurisprudencial, não se prestando a revisar o julgado embargado, a fim de aferir a justiça ou injustiça do entendimento manifestado, tampouco a examinar correção de regra técnica de conhecimento.*

(...)

4. Agravo regimental não provido".

(AgRg nos EREsp 870.275/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 29/08/2012 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. UTILIZAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL PARA A DEFESA DE PREFEITA, CANDIDATA À REELEIÇÃO, NA JUSTIÇA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS E DE DIVERGÊNCIA DE TESES JURÍDICAS.

(...)

5. *Frise-se que os embargos de divergência não se prestam para corrigir erro de julgamento na aplicação da tese adotada pela Turma julgadora à situação particularizada do caso concreto, como se tratasse de um novo recurso ordinário.*

6. *Embargos de divergência não conhecidos".*

(EResp 908.790/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 03/09/2012 - grifou-se)

Quanto aos demais acórdãos apontados como paradigmas, nota-se que a matéria deixou de ser analisada em seu mérito em virtude da incidência de óbices sumulares.

Com efeito, da leitura atenta do inteiro teor do terceiro acórdão paradigma (REsp nº 998.460/SP), nota-se que a conclusão, em última análise, esbarrou no óbice da Súmula nº 7/STJ: "*a desconstituição do entendimento firmado no acórdão recorrido de ocorrência de fraude à lei na formação do contrato de compra e venda implicaria em reexame da matéria fática, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ*" (pág. 7).

Já no quarto (AgRg no REsp 996.784/SC) e quinto (REsp 1.605.470/RJ) arestos paradigmas, a ausência de impugnação a fundamento suficiente do acórdão recorrido atraiu a incidência da Súmula nº 283/STF.

Como cediço, não incabíveis embargos de divergência quando o acórdão embargado adentra no mérito do especial e o paradigma restringe-se a não conhecer do recurso.

Referido entendimento deve-se ao fato de ser inviável a verificação de similitude fática entre os arestos confrontados caso ao menos um deles verse acerca da aplicação de regra técnica concernente ao conhecimento de recurso especial.



É o entendimento que se extrai dos seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA. REQUISITOS FORMAIS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. CERTEZA E LIQUIDEZ. ADEQUAÇÃO DE VALORES. MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE REGRA TÉCNICA. INCABIMENTO. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO.

**I - Em embargos de divergência não cabe discussão acerca do acerto ou do desacerto na aplicação de regra técnica de conhecimento de recurso especial, como é, dentre outras, a que examina a fundamentação do aresto recorrido, concluindo, como fez o acórdão embargado, ser hipótese de incidência da súmula 7, do STJ. Precedentes: AgRg nos EREsp nº 846.026/MT, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/12/2010; AgRg nos EREsp nº 1.012.874/SC, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/06/2010; AgRg nos EREsp nº 1.195.902/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 28/06/2011.**

**II - Como é cediço, o cabimento de embargos de divergência pressupõe o confronto de teses jurídicas discrepantes, firmadas a partir de circunstâncias em tudo semelhantes, o que não ocorre no presente caso.**

**III - Agravo regimental improvido".**

(AgRg nos EAg 1.050.174/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2012, DJe 23/3/2012 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA RELATIVA AO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DESSEMELHANÇA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

**1. Deixando o agravante, no regimental, de atacar um dos fundamentos adotados na decisão agravada, incide a Súmula 182/STJ, por analogia.**

**2. É inviável, em sede de embargos de divergência, discussão acerca da admissibilidade do recurso especial, o que ocorre nos casos de incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ e da ausência de prequestionamento, entre outros.**

**3. Não se caracteriza o dissenso interpretativo entre os arestos confrontados quando o paradigma conhece do recurso e adentra o mérito e o acórdão impugnado não ultrapassa o juízo de admissibilidade.**

**4. Agravo regimental não provido".**

(AgRg nos EREsp 1.195.902/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/6/2011, DJe 28/6/2011- grifou-se)

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR PELO RELATOR APÓS O DESPACHO INICIAL DE ADMISSÃO, COM MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. POSSIBILIDADE. TEMA DE MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL NÃO APRECIADO. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

(...)

*IV - Consoante decidiu a Corte Especial, no julgamento do EREsp 470.509/ES, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ 23.5.05, 'a decisão ensejadora dos embargos de divergência é aquela proferida por órgão colegiado em sede de recurso especial ou, como vem decidindo a maioria, em sede de agravo regimental interposto contra decisão de Relator em recurso especial, desde que analisado o mérito da controvérsia.'*

*V - No caso dos autos, o acórdão que se pretende ver reformado apenas ratificou a decisão monocrática do Relator que não conheceu do recurso especial por entender que a questão federal havia sido resolvida pelo Tribunal estadual à luz do exame das circunstâncias fáticas da causa. Logo, limitou-se a tratar de aspecto processual - incidência da Súmula 7 deste Tribunal -, sem emitir pronunciamento de mérito.*

*VI - Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente quanto à impropriedade de discussão, em âmbito de Embargos de Divergência, acerca da aplicação de regra técnica relativa ao conhecimento do Recurso Especial.*

*Agravo Regimental improvido".*

(AgRg nos EREsp 649.270/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 02/06/2011)

Tem-se assim que inexistente divergência jurisprudencial qualquer a ser dirimida e, faltando a identidade de objeto necessária à caracterização da divergência jurisprudencial, não há como prosperar a irresignação.

Nesse rumo:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO E DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO. DISSÍDIO SOBRE REGRA TÉCNICA. INCABIMENTO.**

*1. O dissídio jurisprudencial, autorizativo dos embargos de divergência, requisita, além da comprovação com a juntada da cópia integral dos arestos apontados como paradigma, a demonstração, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.*

*2. Inexiste divergência jurisprudencial a ser dirimida na hipótese em que o acórdão paradigma, apreciando a questão federal, afastou a pena aplicada por litigância de má-fé com base nas circunstâncias fáticas específicas do caso, e o acórdão embargado não conheceu do recurso especial à falta de prequestionamento da questão relativa à multa por litigância de má-fé.*

*3. Agravo regimental improvido".*

(AgRg nos EREsp 511.372/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/10/2008, DJe 20/10/2008)

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir algum erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

